

GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA E CENTRO NACIONAL DE CIBERSEGURANÇA

CADERNO DE ENCARGOS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE ARQUITETURA E DE ESPECIALIDADES PARA A RECUPERAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO GNS E CNCS

PÁGINA DEIXADA EM BRANCO

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	6
CLÁUSULA 1. ^a OBJETO	6
CLÁUSULA 2. ^a CONTRATO	6
CLÁUSULA 3. ^a DURAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO	6
CLÁUSULA 4. ^a LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	7
CLÁUSULA 5. ^a FASES E PRAZOS PARCIAIS DO PROJETO	7
CLÁUSULA 6. ^a CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES	8
CLÁUSULA 7. ^a ESTIMATIVA DO(S) PROJETO DA(S) OBRA(S).....	9
CLÁUSULA 8. ^a OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	9
CLÁUSULA 9. ^a QUALIFICAÇÕES E CREDENCIAÇÃO	10
CLÁUSULA 10. ^a CONFORMIDADE DOS SERVIÇOS.....	10
CLÁUSULA 11. ^a RECEÇÃO PROVISÓRIA DOS SERVIÇOS.....	11
CLÁUSULA 12. ^a INCONFORMIDADES OU DISCREPÂNCIAS	11
CLÁUSULA 13. ^a ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	11
CLÁUSULA 14. ^a QUALIFICAÇÕES	11
CLÁUSULA 15. ^a OBRIGAÇÕES DE SEGURANÇA	11
CLÁUSULA 16. ^a DEVER DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	12
CLÁUSULA 17. ^a ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS.....	12
CLÁUSULA 18. ^a ERROS E OMISSÕES DO(S) PROJETO(S).....	13
CLÁUSULA 19. ^a RESPONSABILIDADES.....	13
CLÁUSULA 20. ^a FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	13
CLÁUSULA 21. ^a FATURA ELETRÓNICA	14
CLÁUSULA 22. ^a GARANTIA DOS SERVIÇOS.....	14
CLÁUSULA 23. ^a PREÇO BASE	14
CLÁUSULA 24. ^a PREÇO CONTRATUAL	15
CLÁUSULA 25. ^a CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	15
CLÁUSULA 26. ^a PENALIDADES CONTRATUAIS.....	16
CLÁUSULA 27. ^a FORÇA MAIOR.....	16
CLÁUSULA 28. ^a RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE CONTRATANTE.....	17
CLÁUSULA 29. ^a RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE.....	17
CLÁUSULA 30. ^a PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS DE AUTOR.....	18
CLÁUSULA 31. ^a PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	18
CLÁUSULA 32. ^a COMPROMISSO AMBIENTAL.....	19
CLÁUSULA 33. ^a MARCAS E PATENTES.....	19

CLÁUSULA 34.^a CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	20
CLÁUSULA 35.^a FISCALIZAÇÃO	20
CLÁUSULA 36.^a GESTOR DO CONTRATO	20
CLÁUSULA 37.^a ACESSO ÀS INSTALAÇÕES.....	20
CLÁUSULA 38.^a COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	20
CLÁUSULA 39.^a CONTAGEM DOS PRAZOS	20
CLÁUSULA 40.^a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	21
CLÁUSULA 41.^a FORO COMPETENTE	21
PARTE II – Especificações técnicas	22
1 Disposições gerais	22
2. Enquadramento	22
3. Âmbito da Contratação.....	23
3.8.1 – ARQUITETURA:.....	24
3.8.2 - ESTRUTURA.....	25
3.8.3 - ÁGUAS E ESGOTOS.....	26
3.8.4 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS GERAIS E ESPECIAIS.....	27
3.8.5 - INSTALAÇÕES DE COMUNICAÇÕES (REDE ESTRUTURADA E DE FIBRA ÓTICA).....	28
3.8.6 - SISTEMAS DE AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO (AVAC).....	28
3.8.7 - SISTEMA DE TRANSPORTE (CARGA E PESSOAS).....	29
3.8.8 - SEGURANÇA INTEGRADA.....	29
3.8.9 - CONDICIONAMENTO ACÚSTICO	30
3.8.10 - VERIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO TÉRMICO	30
3.8.11 – MODELO DE GESTÃO DE RESÍDUOS (PPGRCD).....	31
3.8.12 - PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (PSS)	31
4. Modelo de Governo do Contrato	31
5. Organização da apresentação das propostas	33
6. Perfis dos recursos obrigatórios.....	34
7. Critérios de valorização das propostas.....	36

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1.ª OBJETO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento concursal, que tem por objeto principal a contratação de serviços para a elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e de Especialidades para a Recuperação e Requalificação das Instalações do GNS do CNCS.
2. Os projetos de execução de Arquitetura e de Especialidades para as novas instalações do GNS e do CNCS visam as atuais instalações do GNS sitas na Rua da Junqueira nº 69 1300-342, em Lisboa.
3. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos - Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a presente prestação de serviços tem a seguinte classificação: 71200000-0 - Serviços de arquitetura e afins.

CLÁUSULA 2.ª CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - 2.1. Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - 2.3. O presente caderno de encargos e anexos;
 - 2.4. A proposta adjudicada;
 - 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, pela ordem pela qual aí são indicados.

CLÁUSULA 3.ª DURAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura.
2. O prazo máximo de execução dos pontos 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6, indicados no nº 1 da Cláusula 5ª é de 140 (cento e quarenta) dias de calendário, a contar da data da outorga do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, incluindo assistência técnica à empreitada referente aos trabalhos de arquitetura, civil, eletricidade, AVAC, e de outras especialidades;
3. A assistência técnica mencionada no nº 2 supra, terá por base uma visita técnica semanal à obra, durante um período temporal que se prevê de 12 (doze) meses.
4. O prazo máximo de execução de 140 (cento e quarenta) dias de calendário indicado no nº 2 da presente Cláusula, é dividido em dois períodos:
 - a) Um período de 80 (oitenta) dias para a execução dos trabalhos respeitantes aos pontos 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 indicados no nº 1 da Cláusula 5ª, incluindo a apresentação dos respetivos entregáveis;

- b) Um período de 60 (sessenta) dias para a execução dos trabalhos indicados nos pontos 1.5 e 1.6 indicados no nº 1 da Cláusula 5ª, incluindo a apresentação dos respetivos entregáveis.
5. No prazo de 5 (cinco) dias a contar do início da produção de efeitos do contrato, o COCONTRATANTE deverá entregar à ENTIDADE CONTRATANTE um planeamento detalhado de todos os trabalhos a executar, em "microsoft project" ou em outro formato digital;
 6. O planeamento referido em 5. deverá estar em consonância com o plano em GANTT apresentado na fase de proposta, admitindo-se os necessários ajustamentos que permitam detalhar o GANTT, anteriormente apresentado
 7. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação do planeamento detalhado referido em 5. a ENTIDADE CONTRATANTE comunicará a aceitação (ou rejeição) desse planeamento.
 8. No caso de rejeição do planeamento referido em 5. o COCONTRATANTE deverá apresentar um novo planeamento, repetindo-se o procedimento descrito em 7. e 8., até que a ENTIDADE CONTRATANTE aprove o planeamento detalhado.
 9. O COCONTRATANTE entregará à ENTIDADE CONTRATANTE, toda a documentação produzida no decurso dos trabalhos, bem como os projetos de execução de todas as especialidades, em formato digital, com as peças desenhadas representadas em CAD.

CLÁUSULA 4.ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação de serviços objeto do contrato, deverá ser efetuada nos locais e nas formas que sejam acordadas entre as partes para cada uma das atividades e fases de execução do contrato, sendo que, sempre que seja acordada a prestação de serviços de forma presencial, estes serão prestados nas instalações da ENTIDADE CONTRATANTE, sita na Rua da Junqueira Nº 69, 1300-342, em Lisboa.

CLÁUSULA 5.ª FASES E PRAZOS PARCIAIS DO PROJETO

1. Os serviços objeto do contrato, com vista à elaboração dos diferentes projetos de execução devem dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto que revoga a Portaria 701-H/2008, de 29 de julho e compreendem as seguintes fases:
 - 1.1. Levantamento arquitetónico e de todas as especialidades (estrutura, eletricidade, redes de fluidos, AVAC, segurança e outras) do atualmente existente. No **Anexo 1** disponibilizam-se as peças desenhadas A1 a A5, datadas de 2011 e que representam as plantas à escala 1/200 do Piso 0, Piso intermédio, Piso 1, Piso 2 e Mansarda, cuja verificação de conformidade com o existente compete ao COCONTRATANTE;
 - 1.2. Consulta a todas as entidades externas, com o objetivo de avaliar a viabilidade legal e de segurança, da execução das intervenções pretendidas. Nessas entidades externas, incluem-se a DGPC, o LNEC, o IPAR e outras. Faz-se notar que de acordo com o Decreto-Lei 2/96, de 6 de março, foi classificado como monumento nacional o Edifício da Fábrica Nacional da Cordoaria, também denominado «Cordoaria Nacional», «Real Fábrica da Cordoaria da Junqueira» ou «Real Cordoaria da Junqueira», na Avenida da Índia, na Rua da Junqueira, na Travessa das Galeotas e na Rua de Mécia Mouzinho de Albuquerque, em Lisboa, na freguesia de Santa Maria de Belém, inserindo-se as instalações do GNS e do CNCS no monumento nacional supra referido;
 - 1.3. Estudo Prévio;
 - 1.4. Anteprojeto;
 - 1.5. Projeto de licenciamento;
 - 1.6. Projeto de execução;
 - 1.7. Assistência técnica à obra.
2. O projeto de execução deverá ser composto pelos seguintes projetos parcelares:

- 2.1. Arquitetura;
 - 2.2. Civil - Estrutura;
 - 2.3. Civil - "Envelope" - Substituição integral de coberturas (estruturas de suporte e revestimentos), incluindo todos os sistemas de recolha de águas pluviais e de escoamento dessas águas (caleiras, tubos de queda e outros acessórios), e sistemas de acesso para operações de manutenção;
 - 2.4. Instalações, Equipamentos e Sistemas de Águas e Esgotos;
 - 2.5. Instalações, Equipamentos e Sistemas Elétricos;
 - 2.6. Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicações;
 - 2.7. Instalações, Equipamentos e Sistemas de Ar Condicionado e Ventilação (AVAC);
 - 2.8. Sistemas de Segurança Integrada;
 - 2.9. Sistemas de Gestão Centralizada;
 - 2.10. Projeto de Condicionamento Acústico;
 - 2.11. Projeto de comportamento térmico, devendo previamente ser obtido o Certificado Energético do edifício;
 - 2.12. Projeto de Segurança Contra Incêndios em Edifícios;
 - 2.13. Entrega das peças finais de todos os projetos de execução (peças escritas e desenhadas – estas em formato digital (CAD ou outro)). Deverá ser entregue uma cópia em papel de cada um dos projetos de execução;
 - 2.14. Projeto de Arranjos Exteriores e de acessos/entradas;
 - 2.15. Elaboração do modelo do Plano de Segurança e Saúde (a implementar na Fase de Obra);
 - 2.16. Elaboração do modelo do PPGRCD – Plano de Prevenção e Gestão de resíduos de Construção e Demolição (a implementar na Fase de Obra).
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da cláusula 3.ª, os prazos parciais para apresentação do Projeto são:
 - 3.1. Fases designadas por 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 no nº 1 da presente Cláusula - 80 (oitenta) dias de calendário a contar da data de outorga do contrato;
 - 3.2. Projeto de licenciamento e projeto de execução: 60 (sessenta) dias a contar da data de notificação da aprovação do anteprojecto.
 - 3.3. Assistência técnica à obra, durante a duração do prazo de execução da empreitada, a contar a partir da data de consignação da obra, pelo período indicado no nº 3 da Cláusula 3ª.

CLÁUSULA 6.ª CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES

1. Os serviços a prestar em sede de execução do contrato obedecerão ao prescrito neste caderno de encargos e outros elementos técnicos já desenvolvidos (**Anexo 1**), conformando-se com as prescrições técnicas constantes da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.
2. Os projetos, nas suas diferentes fases, incluirão as peças definidas na Parte II deste caderno de encargos ou, na falta destas últimas, todas aquelas que sejam indicadas na legislação em vigor, designadamente no Código dos Contratos Públicos, na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, e todas as demais indispensáveis à coerente e completa definição da obra.
3. Todos os documentos contratualmente exigidos ao COCONTRATANTE deverão ser apresentados em suporte papel e em versão eletrónica, todos, quer em papel, quer em formato eletrónico, devidamente assinados. As peças desenhadas serão entregues em formato CAD.

4. Os projetos deverão ser apresentados no seu volume original, acompanhado do número de exemplares necessário à obtenção de pareceres e/ou licenças por parte das entidades oficiais.
5. Todas as peças que integram, compõe e complementam o projeto de execução, nos termos previstos no artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, devem constituir documentos eletrónicos, assinados, individualmente, com assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º, n.ºs 1, 2, 3 e 5 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. Aquando da apresentação dos projetos, o COCONTRATANTE deverá apresentar os termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos, inscrição na respetiva Ordem atestando que na sua elaboração foram observadas as normas gerais e específicas constantes das disposições legais e regulamentares em vigor, designadamente as normas técnicas de construção em vigor.

CLÁUSULA 7.ª ESTIMATIVA DO(S) PROJETO DA(S) OBRA(S)

1. A ENTIDADE CONTRATANTE comunicará ao COCONTRATANTE o intervalo de valores estimados para a empreitada a executar, tendo por base os projetos a desenvolver pelo COCONTRATANTE.
2. O COCONTRATANTE, na elaboração dos projetos, atenderá ao valor que lhe foi comunicado nos termos do número anterior, obrigando-se a estudar e prever as soluções mais viáveis e os materiais mais ajustados àquela determinação, por forma a manter o valor estimado da obra no definido pela ENTIDADE CONTRATANTE, sempre sem prejuízo da qualidade e segurança da mesma.

CLÁUSULA 8.ª OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o COCONTRATANTE as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Obrigação de elaborar o(s) projeto(s) enunciado(s) no n.º 2 da cláusula 5.ª deste caderno de encargos;
 - 1.2. Obrigação de elaborar as medições e orçamento, com mapa de trabalhos e quantidades;
 - 1.3. Obrigação de harmonizar e compatibilizar os projetos das especialidades identificados no n.º 2 da cláusula 5.ª, entre si e de forma a eliminar quaisquer erros e/ou omissões suscetíveis de se refletirem, enquanto tal, em sede de execução dos trabalhos da empreitada;
 - 1.4. Obrigação de prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão técnica do projeto, na preparação e gestão do procedimento de contratação da empreitada que concretizará materialmente os projetos de execução;
 - 1.5. Obrigação de prestar o serviço de assistência técnica à(s) obra(s), nos momentos em que a(s) mesma(s) vier(em) a ser executada(s);
 - 1.6. Obrigação de elaborar o modelo do plano de segurança e saúde em fase de projeto, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
 - 1.7. Obrigação de apoiar o GNS na instrução de pedidos de parecer e na obtenção dos licenciamentos necessários;
 - 1.8. Elaboração do modelo do plano de gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável;

- 1.9. Executar os trabalhos que lhe foram adjudicados com ao GNS, e/ou a terceira entidade absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - 1.10. Prestar os esclarecimentos que o GNS entenda envolver, para revisão do projeto e a demais consultores, ao(s) empreiteiro(s) e à fiscalização, necessários à correta interpretação dos projetos;
 - 1.11. Assegurar, por si ou por mandatário, o acompanhamento da(s) obra(s), assinalando no(s) respetivo(s) livro(s) o adiantamento dos trabalhos e a qualidade da execução, bem como qualquer facto contrário ao(s) projeto(s);
 - 1.12. Colaborar nas ações realizadas pelas entidades responsáveis por vistorias e fiscalização;
 - 1.13. Contribuir para a melhoria das características técnicas das infraestruturas, elaborando projetos de acordo com o estado da arte.
2. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é dada aos concorrentes a liberdade de propor a realização de trabalhos não expressamente previstos no Programa Preliminar que se anexa (**Anexo 2**) que no entendimento dos mesmos contribuam para melhores soluções globais tendo em vista a melhoria do investimento. Todas as sugestões, na fase de projeto, terão de ter a aprovação prévia da ENTIDADE CONTRATANTE.
 3. A título acessório, o COCONTRATANTE fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 4. O gestor do projeto, indicado pelo COCONTRATANTE, deverá preparar os projetos e demais estudos a entregar nas respetivas entidades, de forma a obter todas as licenças e autorizações de viabilização dos projetos de execução das diversas especialidades, que permitam mais tarde, a realização das obras.
 5. Todas as prestações indicadas no presente artigo encontram-se já a coberto dos honorários a pagar ao COCONTRATANTE, devidamente compreendidos na proposta apresentada.

CLÁUSULA 9.ª QUALIFICAÇÕES E CREDENCIAÇÃO

1. A participação no procedimento depende de prévia credenciação dos concorrentes no grau CONFIDENCIAL, assim como dos elementos das respetivas equipas a afetar à execução do contrato a celebrar.
2. Constituindo as qualificações e experiência do pessoal encarregado da execução do contrato fatores de avaliação, o COCONTRATANTE deve garantir que o pessoal empregue cumpre efetivamente as especificações de qualidade técnica especificadas no caderno de encargos e nos requisitos propostos, prevendo expressamente que o pessoal proposto pelo concorrente na sua proposta, só pode ser substituído com o expresse e prévio consentimento da ENTIDADE CONTRATANTE, após verificação de que essa substituição proporciona um nível de qualidade equivalente.

CLÁUSULA 10.ª CONFORMIDADE DOS SERVIÇOS

1. O COCONTRATANTE obriga-se a executar todos os serviços elencados no contrato e nos documentos do concurso que, pela sua natureza normativa, são vinculativos, cabendo-lhe ainda a realização de todos os trabalhos das especialidades e estudos subsidiários e complementares necessários a um perfeito esclarecimento do(s) projeto(s) nas suas diferentes fases de evolução, respeitando os estudos e a proposta apresentados em sede de procedimento de contratação.

2. O(s) projeto(s) e demais estudos referidos no número anterior deverão satisfazer as regras gerais relativas à qualidade, segurança, comodidade e economia dos futuros utentes da(s) obra(s), sem descurar os aspetos de integração ambiental e urbanística, e devem ser prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

CLÁUSULA 11.ª RECEÇÃO PROVISÓRIA DOS SERVIÇOS

1. Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, a ENTIDADE CONTRATANTE, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase da inspeção, o COCONTRATANTE deve prestar aos serviços competentes da ENTIDADE CONTRATANTE toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do COCONTRATANTE.

CLÁUSULA 12.ª INCONFORMIDADES OU DISCREPÂNCIAS

1. No caso de a inspeção indicada na cláusula anterior não comprovar a total conformidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a ENTIDADE CONTRATANTE deve disso informar, por escrito, o COCONTRATANTE.
2. No caso previsto no número anterior, o COCONTRATANTE deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela ENTIDADE CONTRATANTE, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo COCONTRATANTE, no prazo respetivo, a ENTIDADE CONTRATANTE procede à realização de nova inspeção, nos termos do artigo anterior.

CLÁUSULA 13.ª ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Caso as inspeções a que se refere a Cláusula 11ª comprovem a total conformidade dos serviços objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do COCONTRATANTE e da ENTIDADE CONTRATANTE.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos serviços objeto do contrato para a ENTIDADE CONTRATANTE.

CLÁUSULA 14.ª QUALIFICAÇÕES

Os Projetistas a indicar pelos concorrentes, afetos à elaboração dos projetos e demais estudos, identificados no n.º 2 da Cláusula 5.ª, designados na sua proposta para a «equipa de projeto», terão de ser titulares das habilitações académicas, profissionais e técnicas legalmente exigidas e aptas à elaboração dos projetos para que foram designados, no respeito do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

CLÁUSULA 15.ª OBRIGAÇÕES DE SEGURANÇA

Com a celebração do contrato, o COCONTRATANTE, bem como as entidades ou pessoas que com este cooperem, no âmbito da execução do contrato, encontram-se obrigados a cumprir com as Obrigações de

Segurança constantes no Procedimento, regulamentos e demais legislação emanada pela Autoridade Nacional de Segurança ou do âmbito da proteção do segredo, nos termos dos artigos 4.º e 5.º das normas para a segurança nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas, segurança industrial, tecnológica e de investigação (SEGNAC 2), aprovadas pela RCM n.º 37/89, de 24 de outubro.

CLÁUSULA 16.ª DEVER DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

1. O COCONTRATANTE obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação sigilosa e documentação transmitida, ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, não obstante o suporte da mesma (escrito, verbal ou suporte informático).
2. Quanto à informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser divulgadas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, salvo se tal for autorizado expressamente, por escrito, pela ENTIDADE CONTRATANTE.
3. O dever de sigilo não se aplica a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público ou que seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. No âmbito do presente contrato, caso seja necessário dar acesso à entidade COCONTRATANTE e aos seus colaboradores a informação classificada de diferentes marcas e graus serão realizados aditamentos à presente cláusula ou acordos de confidencialidade específicos, na medida do necessário e de acordo com as normas vigentes para cada uma das marcas.
5. Relativamente a informação e a documentação que não seja comprovadamente do domínio público, o COCONTRATANTE obriga-se a observar as normas contidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/89, de 24 de outubro, bem como a informar previamente a ENTIDADE CONTRATANTE e observar as recomendações desta que sejam compatíveis com a intimação ou com a obrigação legal que está na proveniência do dever de divulgação, acompanhando essa divulgação com a indicação de que se trata de informação confidencial pertencente a terceiro.
6. O COCONTRATANTE deve devolver ou destruir, conforme solicitado pela ENTIDADE CONTRATANTE, toda a informação a que tenha tido acesso no âmbito do Procedimento pré e pós contratual e que se encontre abrangida pela presente cláusula, assim que a mesma deixe de ser pertinente ao cumprimento das suas obrigações, por solicitação da ENTIDADE CONTRATANTE ou com a cessação do contrato por qualquer motivo.
7. O COCONTRATANTE é responsável pela confidencialidade e utilização da informação confidencial, por parte dos respetivos colaboradores ou subcontratados, devendo os mesmos ser informados da respetiva natureza confidencial e adotar todas as medidas que se mostrem adequadas para salvaguardar essa confidencialidade.
8. O COCONTRATANTE não pode utilizar o nome da ENTIDADE CONTRATANTE para fins publicitários ou comerciais sem o consentimento prévio escrito desta.
9. O dever de sigilo não colide com a sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
10. O dever de sigilo prevalecerá mesmo após a cessação do contrato, não obstante o motivo da sua cessação.
11. O dever de sigilo tem a duração de 3 (três) anos a contar do termo do contrato, não obstante da respetiva causa.

CLÁUSULA 17.ª ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS

1. As dúvidas que o COCONTRATANTE tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação dos serviços devem ser submetidas ao Gestor do Contrato designado pelo GNS, antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o COCONTRATANTE submetê-las imediatamente ao Gestor do Contrato designado pelo

GNS, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é dada aos concorrentes a liberdade de propor/sugerir nas suas propostas, a realização de trabalhos complementares não expressamente previstos no Programa Preliminar (**Anexo 2**) que no entendimento dos mesmos contribuam para melhores soluções globais tendo em vista a melhoria do investimento, desde que devidamente justificados e aceites pela Entidade Contratante.

CLÁUSULA 18.ª ERROS E OMISSÕES DO(S) PROJETO(S)

1. A revisão dos projetos pela ENTIDADE CONTRATANTE, ou por terceiro por esta contratado, não desonera o COCONTRATANTE das responsabilidades contratuais que lhe caibam por erros e omissões do projeto em sede de contratação e execução da respetiva empreitada.
2. O COCONTRATANTE ressarcirá a ENTIDADE CONTRATANTE dos prejuízos que este venha a sofrer resultantes de erros de cálculo, erros materiais e outros erros e omissões das folhas de medição discriminadas e referenciadas e respetivos mapas-resumo de quantidades de trabalhos do projeto, que lhe sejam imputáveis, nos termos definidos no Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 19.ª RESPONSABILIDADES

1. O COCONTRATANTE responde perante a ENTIDADE CONTRATANTE por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais.
2. Do mesmo modo, o COCONTRATANTE responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se a ENTIDADE CONTRATANTE vier a ser demandada por terceiros por prejuízos causados pelo COCONTRATANTE, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do COCONTRATANTE a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da prestação de serviços, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores e do deficiente comportamento ou, ainda, da falta de segurança dos materiais e equipamentos indicados no projeto de execução.

CLÁUSULA 20.ª FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o COCONTRATANTE fica obrigado a manter, com uma periodicidade semanal ou mensal (dependendo da fase dos trabalhos), reuniões de coordenação com os representantes da ENTIDADE CONTRATANTE, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. O COCONTRATANTE designará, ele próprio, um Gestor do Projeto, que assumirá a função de «coordenador do projeto», nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
3. As reuniões previstas no número 1. anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Gestor do Projeto do COCONTRATANTE, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

4. O COCONTRATANTE fica também obrigado a apresentar à ENTIDADE CONTRATANTE, com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com a demonstração do estado do cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
5. No final da execução do contrato, o COCONTRATANTE deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
6. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo COCONTRATANTE devem ser integralmente redigidos em português.
7. Os serviços objeto do contrato, com vista à elaboração dos diferentes projetos de execução devem dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e compreendem as seguintes fases:
 - 7.1. Anteprojeto;
 - 7.2. Licenciamento, caso se venha a verificar essa necessidade;
 - 7.3. Projeto de execução;
 - 7.4. Assistência técnica.
8. Cada uma das fases assinaladas no número anterior será submetida à apreciação e aprovação da ENTIDADE CONTRATANTE, ou pelo Gestor do Contrato por esta entidade nomeado, e das entidades que se entendam necessárias (quando aplicável), em função de cada um dos projetos específicos.
9. Só com a notificação, pela ENTIDADE CONTRATANTE, ao COCONTRATANTE da aprovação de cada fase pela entidade identificada no número anterior se considera iniciada a fase subsequente.
10. Se alguma das fases identificadas no n.º 7 da presente cláusula não merecer aprovação, nos termos do n.º 8, por motivos de interesse público e sem que tal seja devido a deficiente prestação, fica o COCONTRATANTE desobrigado a apresentar os elementos constantes das fases subseqüentes.

CLÁUSULA 21.ª FATURA ELETRÓNICA

O COCONTRATANTE deverá emitir faturas eletrónicas nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e demais do normativo em vigor, e em nome do Gabinete Nacional de Segurança, sito na Rua da Junqueira, 69, 1300-342, em Lisboa, com referência aos documentos que lhes deram origem.

CLÁUSULA 22.ª GARANTIA DOS SERVIÇOS

1. A garantia dos serviços importa o compromisso de o COCONTRATANTE se responsabilizar perante a ENTIDADE CONTRATANTE, sem quaisquer encargos adicionais para esta, de substituir, e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos serviços são da exclusiva responsabilidade do COCONTRATANTE.

CLÁUSULA 23.ª PREÇO BASE

1. O preço base do contrato a celebrar, no âmbito da contratação de serviços para a elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e de Especialidades para as novas instalações do GNS e do CNCS

é de € 160 000,00 (cento e sessenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerado como parâmetro base do preço contratual.

2. Serão excluídas as propostas em que o preço contratual seja superior ao preço base referido no número 1 da presente cláusula.

CLÁUSULA 24.ª PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a ENTIDADE CONTRATANTE deve pagar ao COCONTRATANTE o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ENTIDADE CONTRATANTE, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Sem prejuízo do referido no número anterior, é da responsabilidade do COCONTRATANTE o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato a celebrar.
4. O valor dos honorários do COCONTRATANTE é fixo e não revisível, retribui todos os serviços contratados, incluindo o pagamento de todas as especialidades e demais trabalhos subsidiários, designadamente os estudos auxiliares contratados e todos os custos inerentes à prestação do COCONTRATANTE.
5. As repetições dos projetos reprovados pelo GNS e ainda daqueles que tenham sido aprovados, mas apresentem erros, omissões ou quaisquer outras deficiências não serão remuneradas, correndo por conta do COCONTRATANTE todos os trabalhos e encargos inerentes à sua realização.
6. O contrato a celebrar não será objeto de negociação nem de revisão de preços.

CLÁUSULA 25.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias a pagar ao COCONTRATANTE, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas faseadamente, de acordo com o disposto no n.º 3, no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela ENTIDADE CONTRATANTE das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a boa prestação dos serviços previstos no referido plano de pagamentos.
2. As faturas só serão pagas quando emitidas em condições de serem aceites, o que só poderá ocorrer após a execução dos serviços a que se refere, não podendo ocorrer quaisquer adiantamentos por conta dos serviços a prestar, devendo esta ser acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a obrigação vence-se do seguinte modo:
 - 3.1. 35% após aprovação do Anteprojeto;
 - 3.2. 55% após a aprovação do Projeto de Execução objeto do presente procedimento;
 - 3.3. 10% durante a assistência técnica ao projeto (mensalmente no decurso da empreitada a que diz respeito). Caso a empreitada não se inicie num prazo de 12 meses a contar da aprovação do Projeto de Execução este valor será pago na íntegra.
4. Em caso de discordância por parte do GNS quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao COCONTRATANTE, por escrito, no prazo de 8 (oito) dias os respetivos fundamentos,

ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas, em igual prazo.

5. O atraso de pagamentos está sujeito ao estabelecido na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e no Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.
6. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas nos números anteriores do presente artigo não autoriza o COCONTRATANTE a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º CCP.
7. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
8. O COCONTRATANTE não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa da ENTIDADE CONTRATANTE.

CLÁUSULA 26.ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Se o COCONTRATANTE não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante notificará-lo-á para cumprir dentro de um prazo não superior a 5 dias, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a ENTIDADE CONTRATANTE tenha perdido o interesse na prestação.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, a ENTIDADE CONTRATANTE pode exigir do COCONTRATANTE o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - 2.1. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos do contrato, até 1% do valor total dos honorários, por cada semana de atraso;
 - 2.2. Pelo incumprimento da obrigação de, em tempo útil, prestar esclarecimentos ao GNS, em sede de procedimento de contratação ou de assistência técnica à obra, até € 500,00 por incumprimento;
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a ENTIDADE CONTRATANTE tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do COCONTRATANTE e as consequências do incumprimento, designadamente na calendarização do procedimento de contratação ou no prazo de conclusão da empreitada.
4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato
5. A ENTIDADE CONTRATANTE pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, podendo, igualmente, promover a compensação daquele crédito com quaisquer outros de que seja titular o Projetista, nos termos do disposto no artigo 847.º do Código Civil.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o COCONTRATANTE exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 27.ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao COCONTRATANTE, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas, judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres e ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - 3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 28.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE CONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a ENTIDADE CONTRATANTE pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o COCONTRATANTE violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao COCONTRATANTE e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela ENTIDADE CONTRATANTE e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado, pelo COCONTRATANTE.

CLÁUSULA 29.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o COCONTRATANTE pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à ENTIDADE CONTRATANTE, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo COCONTRATANTE, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CLÁUSULA 30.ª PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS DE AUTOR

1. Os autores dos projetos, enquanto criadores da sua conceção global e dos respetivos suportes escritos e desenhados, são os técnicos do COCONTRATANTE, pelo que lhes caberá assinar todas as peças daquele, subscrevendo as declarações e os termos de responsabilidade.
2. Uma vez apresentados, todos os estudos e projetos elaborados pelo COCONTRATANTE, no âmbito da execução do contrato, são propriedade da ENTIDADE CONTRATANTE que, dessa forma, adquire o conteúdo patrimonial dos respetivos direitos de autor.
3. Do mesmo modo, são transferidos para a ENTIDADE CONTRATANTE, definitiva e incondicionalmente, os direitos que o COCONTRATANTE tenha adquirido a entidades subcontratadas.
4. Sem prejuízo da transmissão para a ENTIDADE CONTRATANTE do carácter patrimonial dos direitos de autor, os autores dos projetos gozam dos direitos morais sobre os respetivos projetos, designadamente o direito de reivindicar a respetiva paternidade e assegurar a sua genuinidade e integridade.
5. Sem prejuízo dos direitos conexos de que possam ser titulares, as pessoas singulares ou coletivas intervenientes, seja a título de colaboradores, técnicos, desenhadores, construtores ou outro semelhante na produção e divulgação dos projetos não poderão invocar, relativamente a esta, quaisquer poderes incluídos no direito de autor, devendo isso mesmo ficar cientes.
6. Pela transmissão dos direitos prevista no presente artigo não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 31.ª PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1. O COCONTRATANTE compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
 - 1.1. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE CONTRATANTE, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - 1.2. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - 1.3. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a ENTIDADE CONTRATANTE esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - 1.4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da ENTIDADE CONTRATANTE, nomeadamente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
 - 1.5. Prestar à ENTIDADE CONTRATANTE toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
 - 1.6. Manter a ENTIDADE CONTRATANTE informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - 1.7. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços

ao COCONTRATANTE, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o COCONTRATANTE e o referido colaborador;

- 1.8. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - 1.9. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE CONTRATANTE ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - 1.10. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
 - 1.11. Prestar a assistência necessária à ENTIDADE CONTRATANTE no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
 - 1.12. Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD.
2. O COCONTRATANTE será responsável por qualquer prejuízo em que a ENTIDADE CONTRATANTE ou qualquer terceiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

CLÁUSULA 32.ª COMPROMISSO AMBIENTAL

Na execução do contrato, nomeadamente no desenvolvimento das soluções a apresentar, o COCONTRATANTE pugnará pelas melhores práticas ambientais inerentes ao cumprimento da sua proposta.

CLÁUSULA 33.ª MARCAS E PATENTES

1. Correm por conta do COCONTRATANTE todos e quaisquer encargos devidos pela utilização de equipamentos, meios técnicos, manuais ou quaisquer outros documentos, sujeitos ao regime de marcas, patentes, propriedade intelectual ou outro.
2. No caso de a ENTIDADE CONTRATANTE ser demandado por violação, durante a execução do contrato e dele decorrente, de qualquer dos direitos protegidos pelos mencionados regimes, o COCONTRATANTE fica obrigado a indemnizar a ENTIDADE CONTRATANTE pelo valor correspondente a todas e quaisquer quantias que este tenha de despendar em consequência daquela violação.
3. O COCONTRATANTE deve optar, sempre que possível, por software de código aberto, no desenvolvimento do Projeto de Execução, nomeadamente nos sistemas de comando e controlo, e de integração de sinais de equipamentos a instalar.

CLÁUSULA 34.ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. O COCONTRATANTE não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da ENTIDADE ADJUDICANTE, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o COCONTRATANTE deve:
 - a. Submeter um requerimento à ENTIDADE ADJUDICANTE a solicitar a cessão da posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
 - b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao COCONTRATANTE no presente procedimento;
 - c. O cessionário ser uma entidade certificada na mesma marca e grau do COCONTRATANTE;
3. A ENTIDADE CONTRATANTE deve apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
4. O COCONTRATANTE não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia e expressa por escrito da ENTIDADE CONTRATANTE.

CLÁUSULA 35.ª FISCALIZAÇÃO

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente caderno de encargos a ENTIDADE CONTRATANTE reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes da ENTIDADE CONTRATANTE.

CLÁUSULA 36.ª GESTOR DO CONTRATO

Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, será designado um Gestor do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

CLÁUSULA 37.ª ACESSO ÀS INSTALAÇÕES

1. O COCONTRATANTE e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela ENTIDADE CONTRATANTE e comunicadas ao COCONTRATANTE.
2. A ENTIDADE CONTRATANTE indicará ao COCONTRATANTE quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

CLÁUSULA 38.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. O COCONTRATANTE deverá informar a ENTIDADE CONTRATANTE das alterações verificadas durante a execução do contrato, referentes a:
 - 2.1. Poderes de representação no contrato celebrado para a aquisição dos serviços;
 - 2.2. Nome ou denominação social;
 - 2.3. Endereço ou sede social;
 - 2.4. Quaisquer outros fatores que alterem de modo significativo a sua situação.

CLÁUSULA 39.ª CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 40.ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Em tudo o que se encontre omissa e não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o disposto no Código do Procedimento Administrativo quanto à formação do contrato, e no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, nas partes que lhe são aplicáveis
2. Em tudo o que se encontre omissa e não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos quanto à execução do contrato, aplica-se o disposto no CCP, nas partes que lhe são aplicáveis, assim como pelos seguintes diplomas e decorrentes normas técnicas e instruções emanadas da Autoridade Nacional de Segurança:
 - a) Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/88, de 3 dezembro – SEGNAC 1;
 - b) Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/89, de 24 outubro – SEGNAC 2;
 - c) Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/94, de 24 fevereiro – SEGNAC 3;
 - d) Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/90, de 28 fevereiro – SEGNAC 4.

CLÁUSULA 41.ª FORO COMPETENTE

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II – Especificações técnicas

1 Disposições gerais

No presente caderno de encargos, as palavras e expressões referidas na lista de siglas e acrónimos em baixo apresentada terão o significado que a seguir lhes é atribuído e serão identificadas ao longo deste documento. As palavras e expressões utilizadas no singular terão o mesmo significado quando utilizadas no plural, e vice-versa.

Na tabela seguinte definem-se os conceitos inerentes aos requisitos do presente caderno de encargos.

Glossário	Definição
Adjudicatário	Concorrente cuja proposta ficou classificada em 1º lugar no Procedimento lançado pela Entidade Contratante e com o qual esta ENTIDADE pretende celebrar o CONTRATO
CE	Caderno de Encargos
CCP	Código dos Contratos Públicos
CNCS	Centro Nacional de Cibersegurança
Contrato	O Contrato a celebrar
Entidade Contratante	Gabinete Nacional de Segurança
Cocontratante	Entidade adjudicatária após a assinatura do contrato
Gestor de Contrato	Pessoa a nomear pela Entidade Contratante, para acompanhamento da execução do contrato
Gestor do Projeto	Pessoa a indicar pelo concorrente para a gestão global de todos os trabalhos objeto do CONTRATO
GNS	Gabinete Nacional de Segurança
Informação sigilosa	Toda a informação revelada no âmbito dos projetos, seja sob qualquer forma incluindo, mas não se limitando a, revelações feitas por escrito, oralmente ou sob a forma de amostras, modelos, programas de computador ou qualquer outra forma, pela Entidade Adjudicante para os fins ou em conexão com o objeto do contrato
Níveis de Serviço	Níveis mínimos de qualidade da prestação de cada um dos conjuntos de serviços no âmbito do Caderno de Encargos
Proposta	Proposta adjudicada
RCM	Resolução do Conselho de Ministros;
RGPD	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
SEGNAC	Instruções para a Segurança Nacional
SI	Sistemas de Informação
SLA	<i>Service Level Agreement</i> (Acordo de Nível de Serviço)
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

2. Enquadramento

A ENTIDADE CONTRATANTE pretende contratar empresa projetista que elabore um conjunto de trabalhos, sumariamente descritos em baixo, com o objetivo de obter projetos de execução das diversas especialidades, que se destinam a incorporar um processo de concurso de empreitada para a realização das obras de conservação e beneficiação do edifício nº 69, da Rua da Junqueira, em Lisboa.

Os trabalhos a executar compreendem as seguintes fases:

- Levantamento arquitetónico e de todas as especialidades (estrutura, eletricidade, redes de fluidos, AVAC, segurança, e outros) da construção atualmente existente. Este levantamento deverá ser realizado por meios não destrutivos, utilizando equipamento adequado (termógrafos, medidores de humidade, raios X portátil, e outros). No **Anexo 1** disponibilizam-se as peças desenhadas A1 a A5, datadas de 2011 e que representam as plantas à escala 1/200 do Piso 0, Piso intermédio, Piso 1, Piso 2 e Mansarda, cuja verificação de conformidade com o existente compete ao COCONTRATANTE;

- b) Elaboração do Estudo Prévio da intervenção global pretendida, tendo por base o Programa Preliminar que se anexa (**Anexo 2**);
- 3.4. Consulta a todas as entidades externas, com o objetivo de avaliar a viabilidade legal e de segurança, da execução das intervenções pretendidas. Nessas entidades externas, incluem-se nomeadamente: a DGPC, o IPAR, o LNEC se necessário, entre outras. Faz-se notar que de acordo com o Dec-Lei 2/96, de 6 de março, foi classificado como monumento nacional o Edifício da Fábrica Nacional da Cordoaria, também denominado «Cordoaria Nacional», «Real Fábrica da Cordoaria da Junqueira» ou «Real Cordoaria da Junqueira», na Avenida da Índia, na Rua da Junqueira, na Travessa das Galeotas e na Rua de Mécia Mouzinho de Albuquerque, em Lisboa, na freguesia de Santa Maria de Belém, inserindo-se as instalações do GNS e do CNCS no monumento nacional supra referido;
- c) Elaboração do Anteprojeto, considerando todas as especialidades;
- d) Projeto de licenciamento;
- e) Projeto de execução;
- f) Assistência técnica à obra.

Para além dos trabalhos indicados nos pontos supra, é da responsabilidade do COCONTRATANTE:

- a) Entrega das peças finais em formato eletrónico de todos os projetos de execução (peças escritas e desenhadas – estas em formato digital CAD). Deverá ser entregue uma cópia em papel de cada um dos projetos de execução;
- b) Elaboração do modelo do Plano de Segurança e Saúde (a implementar na Fase de Obra);
- c) Elaboração do modelo do PPGRCD – Plano de Prevenção e Gestão de resíduos de Construção e Demolição (a implementar na Fase de Obra).

3. Âmbito da Contratação

O âmbito da contratação compreende o previsto na Parte I Disposições Iniciais e na Parte II – Especificações Técnicas do presente caderno de encargos (CE). O **Anexo 2** ao CE consiste no documento “Programa Preliminar para as Instalações do Gabinete Nacional de Segurança e do Centro Nacional de Cibersegurança”, produzido em outubro de 2023, pela empresa TARDOZ.

Em detalhe, o COCONTRATANTE deverá produzir os seguintes trabalhos:

- 3.1 – Levantamento das instalações existentes, consistindo na apresentação de peças escritas e desenhadas, em formato eletrónico, de todas as especialidades, previamente à elaboração do projeto de execução das diversas especialidades;
- 3.2 – O Levantamento mencionado no ponto 3.1 anterior, deverá recorrer a equipamento que permita obter a informação pretendida, por métodos não destrutivos;
- 3.3 – As peças escritas (em formato digital editável) e desenhadas (em formato CAD) do levantamento a realizar indicado em 3.1 supra, para a arquitetura, terão de incluir os seguintes elementos:
 - a) Plantas dos pisos
 - b) Cortes representativos de cada piso
 - c) Cortes representativos da totalidade do edifício, devendo os mesmos representar os acessos entre pisos (escadarias)
 - d) Planta da cobertura
 - e) Corte da cobertura

f) Alçado Principal, Alçado Posterior e Alçados Laterais Direito e Esquerdo.

3.4 – As peças escritas (em formato digital editável) e desenhadas (em formato CAD) do levantamento a realizar indicado em 3.1 supra, terão de incluir, para todas as outras especialidades existentes no edifício (estruturas, redes de águas e de esgotos, instalações elétricas gerais e especiais, AVAC, sistemas de comunicações, sistemas de segurança, outras), os seguintes elementos:

- a) Peças escritas detalhando as características dos equipamentos e sistemas de cada uma das especialidades existentes nas instalações;
- b) Peças desenhadas (plantas, alçados e cortes) representativas de cada especialidade;

3.5 – Após a realização do levantamento de todas as especialidades existentes, tal como referido nos pontos 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 supra, o COCONTRATANTE tomará como base de referência o documento “Programa Preliminar para as Instalações do Gabinete Nacional de Segurança e do Centro Nacional de Cibersegurança”, produzido em outubro de 2023, pela empresa TARDOZ, adiante designado por Programa Preliminar, que se anexa (**Anexo 2**), e desenvolverá os projetos de execução das diversas especialidades.

3.6 - O Programa Preliminar estabelece um referencial de análise às condições necessárias para a implementação das novas instalações do Gabinete Nacional de Segurança, sendo apresentadas matrizes de especificação de requisitos que permitem o detalhe mais exaustivo pretendido para os espaços atribuídos a cada um dos departamentos. As matrizes de requisitos para cada departamento encontram-se em anexo ao Programa Preliminar (Anexos A, B e C). O anexo D contém os requisitos a cumprir para áreas de segurança de classes 1, 2 e 3.

3.7 – O COCONTRATANTE terá de considerar a elaboração do projeto da migração do Data Centre atualmente instalado no R/C de um edifício anexo ao principal, incluindo todas as especialidades, para o torreão no lado nascente do edificado.

3.8 - Conforme referido no ponto 2, na Cláusula 5.^a – Fases e Prazos Parciais do Projeto, o Projeto de Execução deve englobar as diferentes especialidades, com as devidas adaptações em função dos trabalhos que se prevê serem realizados. As diferentes especialidades devem ser compostas no mínimo por:

3.8.1 – ARQUITETURA:

- i. Índice das peças escritas.
- ii. Índice das peças desenhadas.
- iii. Memória descritiva e justificativa em formato eletrónico (editável e pdf).
- iv. Condições técnicas especiais para integração no CE do concurso de empreitada. Estas condições deverão contemplar o redimensionamento de pelo menos uma instalação sanitária de forma a garantir condições de acessibilidade e utilização a pessoas com mobilidade reduzida.
- v. Estudo do grampeamento do frontispício do alçado principal, com o objetivo de proceder ao seu tratamento e eventual substituição.
- vi. Mapa de acabamentos discriminando as características técnicas, o tipo e padrão de qualidade dos revestimentos e acabamentos interiores e exteriores.
- vii. Mapas de medições com discriminação detalhada de todos os trabalhos necessários por capítulos e artigos com quantidades e especificações técnicas detalhadas. Sempre que possível deverão ser evitados valores globais (vg) e conjuntos (cj) para identificação da tipologia de trabalhos.
- viii. Mapa de Quantidades dividido nos diversos capítulos constituintes da obra e Estimativa Orçamental de Arquitetura.

- ix. Mapa resumo da estimativa orçamental, agregando custos por cada projeto (arquitetura e todas as restantes especialidades).
- x. Mapa de medições parcelares.
- xi. Orçamento com preços unitários baseado nas medições.
- xii. Planta de localização à escala 1/500 e/ou 1/1000.
- xiii. Planta geral de conjunto (Implantação) à escala 1/200 com cotas rigorosas, referidas aos pontos fixos do terreno, incluindo a cota ou cotas de soleira.
- xiv. Plantas dos pisos à escala 1/100 e/ou 1/50 incluindo: cotas altimétricas dos pisos e sua relação com as cotas dos acessos exteriores; cotas de compartimentação, paredes, vãos, acessos, acessos verticais, varandas, terraços, chaminés; indicação de mobiliário e equipamento existente ou a instalar;
- xv. Indicação de cortes, legendas e orientação.
- xvi. Plantas de tetos à escala 1/100 e/ou 1/50.
- xvii. Plantas de pavimentos à escala 1/100 e/ou 1/50
- xviii. Plantas de coberturas à escala 1/100 e/ou 1/50 indicando os materiais de revestimento, caleiras, algerozes e tubos de queda.
- xix. Alçados na escala 1/100 e/ou 1/50 de todas as fachadas.
- xx. O número de cortes que se julgue necessário, longitudinais e transversais à escala 1/100 e/ou 1/50.
- xxi. Plantas com vãos numerados para referenciar o mapa de vãos.
- xxii. Plantas, alçados e cortes na escala 1/50 de zonas de alçados referentes a acessos verticais mostrando estereotomias de modo a não oferecer dúvidas na execução.
- xxiii. Plantas, alçados e cortes na escala 1/20 em zonas especiais, a pormenorizar.
- xxiv. Pormenorização na escala 1/20 de aspetos construtivos de maior interesse (desenhos de montagem).
- xxv. Pormenores na escala 1/1 ou 1/2 das componentes construtivas relevantes.
- xxvi. Mapas de vãos indicando a tipologia de cada vão, dimensões, quantidades e funcionamento.
- xxvii. Mapas de acabamentos por compartimentos e pisos discriminando a natureza e qualidade de acabamentos interiores e exteriores.

NOTA: Todas as peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato CAD

3.8.2 - ESTRUTURA

1) Memória descritiva e justificativa dos cálculos estruturais (se for necessário reforço estrutural ou introdução de novos elementos estruturais) e dos processos construtivos e materiais de construção adotados no projeto, incluindo, se aplicável:

- 1.1) Descrição geral de novos elementos estruturais a instalar e sua justificação.
- 1.2) Localização e interligação com estruturas contíguas.
- 1.3) Civil - "Envelope" - Substituição integral de coberturas (estruturas de suporte e revestimentos), incluindo todas os sistemas de recolha de águas pluviais e de escoamento dessas águas (caleiras, tubos de queda e outros acessórios), e sistemas de acesso para operações de manutenção;
- 1.4) Ações consideradas nos cálculos estruturais, de acordo com a regulamentação vigente (RSAEEP, REBAP e Eurocódigos).
- 1.5) Características e modo de execução dos elementos estruturais a aplicar (betões, aços e outros).

- 1.6) Planta de implantação, alçados e cortes dos eventuais elementos estruturais a aplicar, à escala 1/100.
- 2) Mapa de Quantidades dividido nos diversos capítulos constituintes da obra e Estimativa Orçamental.
- 3) Especificações técnicas do Caderno de encargos com caracterização dos materiais a aplicar.
- 4) Planta dos pisos, à escala 1/50, com a compartimentação e as respetivas dimensões, a posição e as cotas dos elementos estruturais e a localização das aberturas nas lajes para passagem de condutas, canalizações, cablagens, e outros elementos.
- 5) Planta de cobertura, à escala 1/100.
- 6) Plantas, alçados, e cortes longitudinais e transversais à escala 1/100 contendo os eventuais novos elementos estruturais, incluindo representação das armaduras em aço, respetivos diâmetros, tipo de aço, tipo de betão, e indicação das espessuras dos recobrimentos.
- 7) Pormenores de todos os eventuais novos elementos estruturais, bem como das suas ligações aos outros elementos, que evidenciem a sua forma e constituição e permitam a sua execução sem dúvidas ou ambiguidades, às escalas 1/50, 1/20 e 1/10.
- 8) Outras representações com interesse para a definição do edifício e para a execução da obra.

NOTA: Todas as peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato CAD

3.8.3 - ÁGUAS E ESGOTOS

- i. Memória descritiva e justificativa das instalações e equipamentos de águas e esgotos a instalar (águas residuais domésticas e pluviais), separadamente, discriminando os materiais, os equipamentos e os regulamentos aplicáveis.
- ii. Cálculos das redes de águas e esgotos e dos respetivos equipamentos.
- iii. Caderno de Encargos com especificações dos materiais e regras de montagem.
- iv. Medições e orçamento com descrição pormenorizada dos trabalhos a realizar e quantidades.
- v. Mapa de Quantidades dividido nos diversos capítulos constituintes da obra e Estimativa Orçamental.
- vi. Planta geral, com localização dos edifícios e equipamentos exteriores e traçados gerais das redes de águas e esgotos.
- vii. Alçados à escala 1/100 e plantas de cada piso à escala 1/50 com implantação das redes e esgotos e águas quentes e frias devendo incluir-se o traçado das redes exteriores e a drenagem de águas pluviais. Esta planta deve indicar os aparelhos (contadores, torneiras, sifões, caixas, etc.), especificar calibres, inclinações e cotas das caixas.
- viii. Cortes à escala 1/100 com localização de coletores, canalizações, caixas de passagem, caixas de visita, ligação ao coletor geral com indicação de cotas e inclinações.

- ix. Localização de equipamentos de aquecimento de águas e ligações às redes de acordo com o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais.
- x. Pormenores de execução das instalações e equipamentos que definam as informações necessárias para a sua execução e montagem e as implicações mais importantes com a estrutura e com os elementos de construção, nas escalas 1/50, 1/20, 1/10.
- xi. Representação em perspetiva das redes de águas e de esgotos, à escala 1/50, com indicação dos diâmetros das canalizações e demais elementos necessários à execução da obra.
- xii. Esquema das instalações e equipamentos, incluindo os correspondentes aos quadros elétricos e às ligações de canalizações.

NOTA: Todas as peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato CAD

3.8.4 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS GERAIS E ESPECIAIS

- 1) Memória descritiva e justificativa, incluindo a análise prospetiva de desempenhos, descrevendo e justificando as soluções projetadas, tendo em atenção o Anteprojeto aprovado e as disposições legais em vigor.
- 2) Medições e mapas de quantidade de trabalhos, divididos nos diversos capítulos constituintes da obra.
- 3) Mapa de Quantidades dividido nos diversos capítulos constituintes da obra e Estimativa Orçamental.
- 4) Condições técnicas, gerais e especiais, especificando as condições de execução ou montagem e as características técnicas das instalações e equipamentos previstos.
- 5) Planta geral dos locais servidos pelas instalações e equipamentos, em escala apropriada, quando não definida em regulamento aplicável, contendo os elementos de referência e de orientação necessários à fácil localização das instalações e equipamentos.
- 6) Plantas em escala apropriada, quando não definida em regulamento aplicável, com o traçado e constituição das redes e localização dos equipamentos, com a indicação dos elementos indispensáveis à sua conveniente apreciação.
- 7) Desenhos, na escala 1/100, indicando:
 - 7.1 – Circuitos elétricos de iluminação, de tomadas, de aquecimento, de sinalização, de emergência e todos os circuitos de alimentação a outras instalações, tais como exaustão de fumos, ventilação, ar condicionado e força motriz, bem como os traçados, com indicação dos tipos, número e secção dos condutores e identificação de circuitos.
 - 7.2 – Esquemas dos Quadros Elétricos, com indicação dos circuitos e locais por eles alimentados, proteções, tipos de circuitos, número de condutores, aparelhagem de corte, proteção, medida, etc.
 - 7.3 – Circuitos de terra de proteção e de serviço.
 - 7.4 – Proteção contra descargas atmosféricas.
- 8) Alçados e cortes dos edifícios ou partes dos edifícios, sempre que isso seja necessário à boa compreensão do projeto, a escala apropriada, quando não definida em regulamento aplicável.

- 9) Diagramas de princípio, incluindo traçados altimétricos, sempre que isso seja necessário à boa compreensão do projeto, a escala apropriada, quando não definida em regulamento aplicável.
- 10) Pormenores necessários à definição detalhada e boa execução das instalações e equipamentos projetados, a escalas apropriadas quando não definidas em regulamento aplicável.
- 11) Esquemas de princípio das instalações e da sua interligação espacial e funcional, quando necessárias à sua perfeita compreensão.
- 12) Dimensionamento das instalações e dos equipamentos, incluindo os cálculos necessários para o efeito.
- 13) Dimensionamento e realocação de sistemas de energia ininterrupta (UPS) incluindo quadros elétricos e baterias de alimentação.
- 14) Redimensionamento do PT cliente, se necessário.
- 15) Redimensionamento e reposicionamento do grupo diesel, de suporte ao Data Centre em caso de falha de energia da rede pública, caso seja necessário.
- 16) Projeto de iluminação do atual parque de estacionamento de viaturas.

NOTA: Todas as peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato CAD

3.8.5 - INSTALAÇÕES DE COMUNICAÇÕES (REDE ESTRUTURADA E DE FIBRA ÓTICA)

- 1) Memória descritiva e justificativa, incluindo a análise projetiva de desempenhos, descrevendo e justificando as soluções projetadas, tendo em atenção as disposições legais em vigor.
- 2) Mapa de Quantidades dividido nos diversos capítulos constituintes da obra e Estimativa Orçamental.
- 3) Condições técnicas, gerais e especiais, especificando as condições de execução ou montagem e as características técnicas das instalações e equipamentos propostos.
- 4) Plantas, em escalas apropriadas, onde se indiquem os traçados das redes principais das diversas instalações, com indicação da localização aproximada dos equipamentos.
- 5) Planta geral dos locais servidos pelas instalações e equipamentos, em escala apropriada, contendo os elementos de referência e a orientação necessários à fácil localização das instalações e equipamentos.
- 6) Plantas em escala apropriada, com o traçado e constituição das redes e localização dos equipamentos, com a indicação dos elementos indispensáveis à sua conveniente apreciação.
- 7) Alçados e cortes dos edifícios ou partes dos edifícios, sempre que isso seja necessário à boa compreensão do projeto, a escala apropriada.
- 8) Pormenores necessários à definição detalhada e boa execução das instalações e equipamentos projetados, a escalas apropriadas, quando não definidas em regulamento aplicável.
- 9) Esquemas de princípio das instalações e da sua interligação espacial e funcional, quando necessárias à sua perfeita compreensão.
- 10) Dimensionamento das instalações e dos equipamentos, incluindo os respetivos cálculos justificativos.

NOTA: Todas as peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato CAD

3.8.6 - SISTEMAS DE AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO (AVAC)

- 1) Memória descritiva e justificativa do projeto com justificação dos tipos de sistemas e equipamentos previstos.
- 2) Cálculos de dimensionamento das instalações, de tubagem de fluidos, equipamentos e aparelhagem.

- 3) Caderno de Encargos contendo a especificação dos materiais e equipamentos e respectivas regras de montagem.
- 4) Medição e orçamento com descrição detalhada dos trabalhos a realizar.
- 5) Mapa de Quantidades dividido nos diversos capítulos constituintes da obra e Estimativa Orçamental.
- 6) Plantas, à escala 1/100 indicando:
 - 6.1 - Traçados de condutas de ar, assinalando os caudais e secções correspondentes.
 - 6.2 - Traçados de tubagens de outros fluidos, assinalando as secções, caudais e localização dos componentes a integrar nas respectivas redes.
 - 6.3 - Implantação do equipamento e da aparelhagem de controlo.
 - 6.4 - Traçado das cablagens elétricas de potência e comando, associada às instalações de AVAC.
- 7) Cortes horizontais e verticais à escala 1/100 de passagem entre pisos.
- 8) Plantas e cortes, na escala apropriada, dos espaços técnicos com pormenorização da implantação dos equipamentos.
- 9) Pormenores dos "acidentes" de montagem na escala apropriada.
- 10) Esquemas dos quadros elétricos, de potência e comando, associados ao AVAC.

NOTA: Todas as peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato CAD

3.8.7 - SISTEMA DE TRANSPORTE (CARGA E PESSOAS)

- 1) Memória descritiva e justificativa, incluindo caracterização da solução a adotar em termos de ascensores, velocidade, tipo de tração e consumos, tendo em atenção as disposições legais em vigor.
- 2) Condições técnicas, gerais e especiais, especificando as condições de execução ou montagem e as características técnicas dos ascensores.
- 3) Implantação dos ascensores e definição das dimensões das caixas e vãos das portas, caso seja aplicável, bem como da profundidade dos poços.
- 4) Plantas e cortes, em escala apropriada, quando não definida em regulamento aplicável, com a implantação dos ascensores, com a indicação dos elementos indispensáveis à sua conveniente apreciação.
- 5) Pormenores necessários à definição detalhada e boa execução das instalações dos equipamentos projetados, a escalas apropriadas quando não definidas em regulamento aplicável.
- 6) Medições e mapas de quantidade de trabalhos, divididos nos diversos capítulos constituintes da obra.
- 7) Mapa de Quantidades dividido nos diversos capítulos constituintes da obra e Estimativa Orçamental.
- 8) Os sistemas elevatórios definidos no presente capítulo devem cumprir a regulamentação em vigor para garantia de acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, designadamente com o DL n.º 163/2006, de 08 de agosto (acessibilidade a espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais).

NOTA: Todas as peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato CAD

3.8.8 - SEGURANÇA INTEGRADA

- 1) Peças escritas e desenhadas que integram os processos de licenciamento de Segurança Integrada, de acordo com a regulamentação em vigor.

- 2) Mapa de Quantidades dividido nos diversos capítulos constituintes da obra e Estimativa Orçamental.
- 3) Plantas, alçados e cortes em escalas apropriadas com a localização dos equipamentos e do traçado das redes associadas às diversas instalações a realizar.
- 4) Dimensionamento dos equipamentos e redes das instalações.
- 5) Planta geral, à escala 1/100, com a exceção de situações em que pela sua dimensão tal não seja possível, com a localização dos edifícios, dos arruamentos exteriores e da rede de hidrantes exteriores, incluindo o traçado dos acessos para viaturas de socorro.
- 6) Plantas, alçados e cortes, a escala adequada, com a localização dos pontos de penetração no edifício.
- 7) Esquema de princípio de todos os sistemas, devidamente detalhado, com discriminação e identificação de todos os equipamentos e acessórios que deverão integrar as instalações.
- 8) Especificação detalhada dos equipamentos, redes, componentes, acessórios e materiais a utilizar na obra, nas diversas instalações.
- 9) Pormenores necessários à definição detalhada e boa execução das instalações e equipamentos projetados, a escalas adequadas.

NOTA: Todas as peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato CAD

3.8.9 - CONDICIONAMENTO ACÚSTICO

- 1) Memória descritiva e justificativa que inclua a caracterização do edifício de acordo com os requisitos regulamentares aplicáveis e as soluções construtivas adotadas.
- 2) Cálculos para verificação dos requisitos acústicos, com apresentação de todos os dados de cálculo (características acústicas dos materiais e sistemas utilizados, características dos elementos de compartimentação, características dos compartimentos em análise, etc.).
- 3) Cálculos para demonstração do cumprimento dos requisitos de condicionamento acústico. Estes cálculos devem recorrer a métodos de estimação da influência da transmissão marginal.
- 4) Valores máximos e mínimos a adotar para verificação dos requisitos de condicionamento acústico de modo a cumprir a legislação em vigor.
- 5) Caderno de Encargos com especificações dos materiais e sistemas para condicionamento acústico adotados e regras de montagem.
- 6) Pormenores de execução das soluções construtivas propostas, que definam as informações necessárias para a sua execução e montagem e as interferências mais importantes com os elementos de construção, nas escalas 1/50, 1/20, 1/10.

NOTA: Todas as peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato CAD

3.8.10 - VERIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO TÉRMICO

- 1) Memória descritiva e justificativa que inclua a caracterização do edifício de acordo com os requisitos regulamentares aplicáveis e as soluções construtivas adotadas.
- 2) Verificação do comportamento térmico do edifício.
- 3) Apresentação da solução para melhoria do comportamento térmico do edifício.
- 4) Caderno de Encargos com especificações dos materiais e sistemas adotados no projeto e regras de montagem.
- 5) Pormenores de execução das soluções construtivas propostas, que definam as informações necessárias para a sua execução e montagem e as interferências mais importantes com os elementos de construção, nas escalas 1/50, 1/20, 1/10.

NOTA: Todas as peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato CAD

3.8.11 – MODELO DE GESTÃO DE RESÍDUOS (PPGRCD)

- 1) O projeto de Execução deve ser acompanhado do modelo de um Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), elaborado de acordo com a legislação em vigor, para implementação na fase de empreitada.

3.8.12 - PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (PSS)

- 1) O projeto de Execução deve ser acompanhado do modelo de um Plano de Segurança e Saúde (PSS), elaborado de acordo com a legislação em vigor, para implementação na fase de empreitada.

4. Modelo de Governo do Contrato

Introdução

Para a governação do projeto, é necessário aplicar um modelo com a descrição dos objetivos pretendidos e forma de os concretizar.

Apresentam-se nos pontos em baixo, os princípios orientadores que a ENTIDADE CONTRATANTE entende que devem ser cumpridos pelo COCONTRATANTE na execução do contrato, tendo em conta os objetivos descritos no caderno de encargos.

Objetivos

O modelo de governação do projeto deve atingir os seguintes objetivos:

1. Alinhamento com os objetivos estratégicos da ENTIDADE CONTRATANTE durante o período do projeto;
2. Acompanhamento e controlo das atividades no decurso do projeto;
3. Otimização dos recursos envolvidos na concretização do projeto;
4. Avaliação fundamentada e estruturada da gestão do risco;
5. Utilização de metodologias e práticas reconhecidas por Entidades de referência como: PMI – Project Management Institute; ou APM – Association for Project Management.

Fluxogramas de Governação a utilizar no projeto

A hierarquia da governação de um projeto, situa-se a um nível superior da gestão de projeto e da gestão da execução da implementação.

Tratando-se de um processo integrado com todos os interlocutores (Entidade Contratante, Projetistas, entre outros), todos eles contribuirão adequadamente para garantir o êxito do projeto.

Organização

O modelo geral de governo que regulará o projeto é organizado em três fluxos:

- a) O fluxo de Governação e Relacionamento, para gerir a estratégia do projeto e as principais decisões;
- b) O fluxo de Gestão, para gerir as Fases do Projeto e as Tarefas e Áreas de Conhecimento do Projeto;
- c) O fluxo de Execução/Implementação, para gerir as Fases e Atividades do Projeto.

As fases do projeto e os fluxos estão representados na figura em baixo.

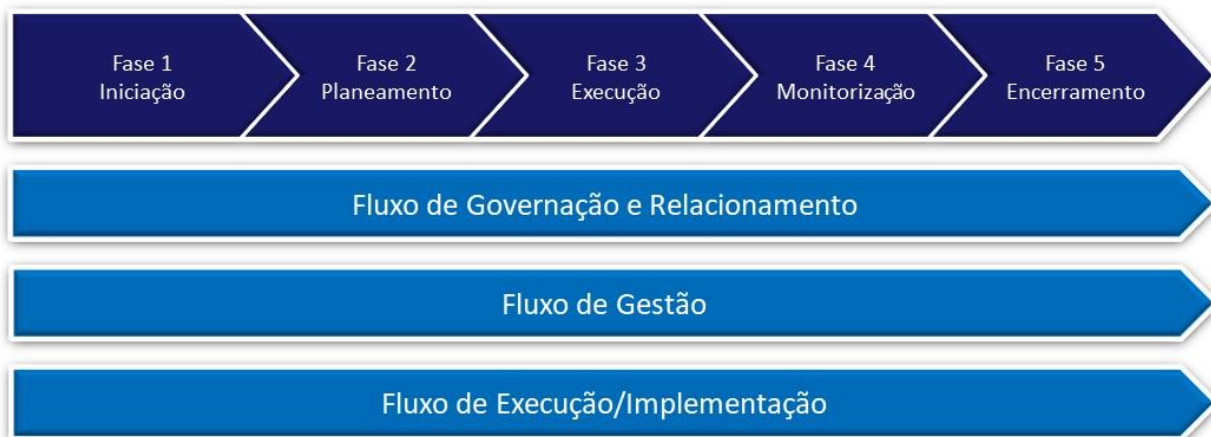


Figura 1 - Fases de Projeto e Fluxos

Descrição dos Comitês de acompanhamento do projeto

Para regular, controlar e acompanhar o projeto, estabelecer-se-ão os seguintes Comitês:

- Estratégico: Define os objetivos estratégicos do relacionamento entre as Partes, e supervisiona a execução do contrato; é composto pelo Diretor Executivo (ou Gestor do Contrato) da ENTIDADE CONTRATANTE e pelo representante legal do COCONTRATANTE (Gestor do Projeto);
- Tático: Acompanha o projeto, no que se refere ao âmbito, prazo, custo, risco e qualidade, fazendo adotar as melhores práticas e normas (nacionais e internacionais) aplicáveis;
- Operacional: Acompanha operacionalmente a execução do projeto e a prestação de apoio na fase de empreitada.

Compete aos concorrentes apresentar nas suas propostas, a periodicidade das reuniões a realizar por cada um dos comités (estratégico, tático e operacional).

Desde já se define que no início de cada uma das fases do projeto, se realizará uma reunião preparatória com os intervenientes no processo, isto é o Gestor do Projeto por parte do COCONTRATANTE, o Gestor do Contrato por parte da ENTIDADE CONTRATANTE e eventualmente uma terceira entidade designada pela ENTIDADE CONTRATANTE, na qual serão previamente analisadas e discutidas as disposições constantes do Programa Preliminar apresentado (**Anexo 2**), documento base para a elaboração do Projeto de Execução das várias especialidades.

Modelo Geral de Governo e Relacionamento aplicado à execução do contrato

O modelo geral de governação e relacionamento, que a ENTIDADE CONTRATANTE pretende ver aplicado, envolve todas as Entidades e está esquematicamente representado em baixo:

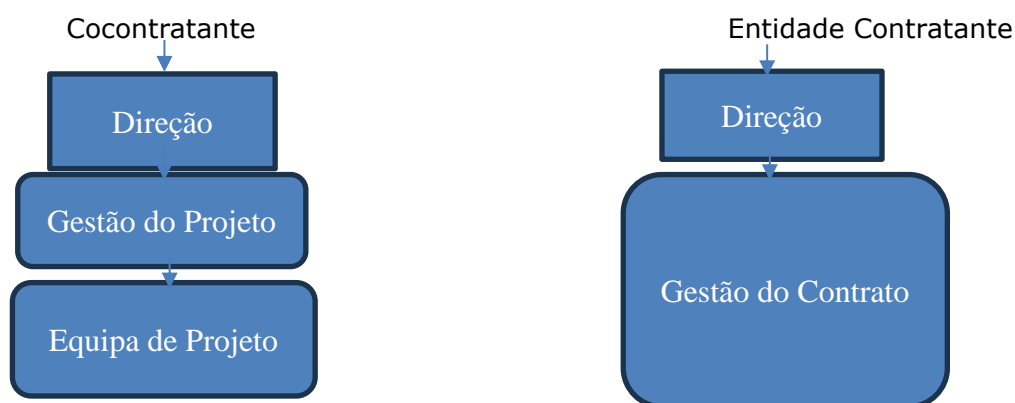


Figura 2 - Modelo Geral de Governação

5. Organização da apresentação das propostas

Pretende-se que as propostas dos concorrentes apresentem uma organização que obedeça a um modelo comum a todos os concorrentes de modo a facilitar a sua avaliação.

Deve ser seguida a estrutura das propostas apresentada em baixo, sem prejuízo de inclusão de outra informação adicional que os concorrentes considerem relevante para a elaboração da sua proposta.

Estrutura das propostas

A proposta apresentada pelos concorrentes deve respeitar a seguinte estrutura:

Índice

1. Sumário executivo
2. Objetivos e âmbito do projeto
 - 2.1. Objetivos
Caraterização e entendimento do projeto por parte do concorrente.
 - 2.2. Âmbito
Descrição sumária dos trabalhos a realizar e respetivos entregáveis.
3. Modelo de execução do contrato
 - 3.1. Apresentar diagrama de GANTT das tarefas a executar, incluindo as seguintes fases:
 - Levantamento do existente (arquitetura e todas as restantes especialidades);
 - Execução do estudo prévio;
 - Execução do anteprojecto;
 - Elaboração do projeto de execução;
 - Assistência técnica à obra;
 - 3.2. Apresentar o modelo de passagem de conhecimento das implementações objeto do contrato a celebrar;
 - 3.3. Apresentar o Modelo de Governo conceptual do contrato.
4. Recursos humanos a apresentar na proposta
 - 4.1. Apresentar na sua proposta os recursos humanos que o concorrente propõe para a execução do contrato, tendo em atenção a lista de perfis mínimos obrigatórios, identificada no ponto 6 – “Perfis dos recursos obrigatórios”, do presente documento, podendo ser adicionados outros recursos que o concorrente identifique como necessários.
 - 4.2. Apresentar esquema organizacional para a execução dos trabalhos com a descrição de funções e responsabilidades dos elementos a incluir no Contrato.
5. Condições comerciais
 - 5.1. Preço contratual proposto sem IVA
 - 5.2. Decomposição do preço contratual proposto, sem IVA, pelas fases indicadas em baixo (de a) a f)), tendo em consideração os trabalhos pretendidos descritos no capítulo 3. da PARTE II do CE:
 - a) Levantamento arquitetónico e de todas as especialidades (estrutura, eletricidade, redes de fluidos, AVAC, segurança, outras) da construção atualmente existente. Este levantamento deverá ser realizado por meios não destrutivos, utilizando equipamento adequado (termógrafos, medidores de humidade, raios X portátil, e outros);

- b) Elaboração do Estudo Prévio da intervenção global pretendida;
- c) Elaboração do Anteprojeto, considerando todas as especialidades;
- d) Projeto de licenciamento considerando todas as especialidades;
- e) Projeto de execução considerando todas as especialidades;
- f) Assistência técnica à obra.

Notas:

- 1 - Os concorrentes são obrigados a responder e cumprir todos os pontos da estrutura da proposta, sob pena de exclusão.
- 2 - Os concorrentes poderão apresentar documentação adicional que identifiquem como relevante para a elaboração da sua proposta.

6. Perfis dos recursos obrigatórios

Apresenta-se em baixo a tabela dos perfis dos Recursos, Número mínimo desses recursos, Credenciações, Certificações e Formação Acadêmica que têm de ser apresentados nas propostas dos concorrentes:

Perfil do Recurso	QTD Mínima	Credenciações, Certificações, outros requisitos	Formação e experiência
Gestor de Projeto	1	Necessária Credenciação (GNS) Certificação PMP (Project Management Professional) /PMI ou equivalente	Licenciatura em Gestão ou Engenharia com um mínimo de 5 anos de experiência como Gestor de Projeto
Arquiteto	1	Necessária Credenciação (GNS) Necessário comprovar ser membro efetivo de Ordem profissional	Licenciatura em Arquitetura com um mínimo de 5 anos de experiência como Projetista
Engenheiro Civil	1	Necessária Credenciação (GNS) Necessário comprovar ser membro efetivo de Ordem profissional	Licenciatura em Engenharia Civil com um mínimo de 5 anos de experiência como Projetista
Engenheiro Eletrotécnico	1	Necessária Credenciação (GNS) Necessário comprovar ser membro efetivo de Ordem profissional	Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica com um mínimo de 5 anos de experiência como Projetista
Engenheiro Mecânico	1	Necessária Credenciação (GNS) Necessário comprovar ser membro efetivo de Ordem profissional	Licenciatura em Engenharia Mecânica com um mínimo de 5 anos de experiência como Projetista
Engenheiro de Telecomunicações	1	Necessária Credenciação (GNS) Necessário comprovar ser membro efetivo de Ordem profissional	Licenciatura em Engenharia de Telecomunicações, Computação ou Informática com um mínimo de 5 anos de experiência como Projetista
Especialista em Sistemas de Segurança	1	Necessária Credenciação (GNS)	Formação superior com um mínimo de 5 anos de experiência como Especialista em Sistemas de Segurança

Em resumo, os concorrentes têm de apresentar nas suas propostas os seguintes documentos, devidamente assinados e autenticados:

- a) Os *curricula vitae* dos recursos obrigatórios indicados na tabela supra, comprovando a experiência profissional exigida;

- b) Comprovativos das credenciações com a Marca NACIONAL e o Grau CONFIDENCIAL ou Superior, emitido pelo Gabinete Nacional de Segurança;
- c) Documentos emitidos pelas Ordens Profissionais, comprovativos de serem, no mínimo, membros efetivos das respetivas Ordens;
- d) Comprovativos dos graus académicos exigidos.

NOTA:

Os documentos supra indicados são de apresentação obrigatória e constituem fator de exclusão da proposta se não forem cumpridos integralmente os requisitos definidos. Não constituem subcritério de avaliação da Qualidade Técnica (QT) das propostas.

7. Critérios de valorização das propostas

Avaliação das propostas

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta técnica e economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, em função dos seguintes critérios e subcritérios, com os respectivos coeficientes de ponderação:

Preço: 30%;

Qualidade técnica (QT): 40%

Prazo: 30%

O resultado da avaliação de cada proposta é dado pela seguinte expressão:

$$Av = Pts \times 30\% + QT \times 40\% + Pr \times 30\%$$

Critérios e subcritérios de seleção

São definidos os seguintes critérios de seleção: PREÇO, QUALIDADE TÉCNICA e PRAZO, que se discriminam.

▪ PREÇO

A pontuação do fator Preço é atribuída através das seguintes expressões, arredondada às milésimas:

Se $P_p > \text{preço base}$, a proposta é excluída.

Se $75\% \times \text{preço base} \leq P_p \leq \text{preço base}$, então

$$Pts = \frac{\text{preço base} - P_p}{10\% \times \text{preço base}} \times 100$$

Se $P_p < 75\% \times \text{preço base}$, então

$$Pts = \left(1 + 0,25 \times \frac{75\% \times \text{preço base} - P_p}{75\% \times \text{preço base}}\right) \times 100$$

Em que:

- P_p : corresponde ao preço contratual proposto;
- Preço base: corresponde ao valor indicado no Caderno de Encargos como correspondendo ao preço base do Procedimento;
- Pts: Corresponde a pontuação.

▪

▪ QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA

QT é relativo à qualidade técnica da proposta.

A pontuação atribuída a QT é apurada correspondendo à soma das pontuações de cada um dos sub-factores a avaliar.

Descrição do fator QT:

$$QT = QT1 + QT2 + QT3$$

QT1:

Tabela de Valorização QT1 (máx. 35 pontos):

Ind	Perfil do Recurso	Nº Anos de Experiência	Avaliação
1	Gestor do Projeto	Superior a 5 anos	1 ponto por cada ano adicional até ao limite máximo de 5 pontos por perfil
2	Arquiteto	Superior a 5 anos	
3	Engenheiro Civil	Superior a 5 anos	
4	Engenheiro Eletrotécnico	Superior a 5 anos	
5	Engenheiro Mecânico	Superior a 5 anos	
6	Engenheiro de Telecomunicações	Superior a 5 anos	
7	Especialista em Sistemas de Segurança	Superior a 5 anos	

QT2:

Tabela de Valorização QT2 (máx. 35 pontos), divididos pelos subfatores 1 e 2:

Item	Subfatores	Pontos
1.	Modelo de execução do projeto nas dimensões que compõem o âmbito, assim como, as metodologias de gestão do projeto, da qualidade e risco, utilizadas para a gestão e implementação do projeto	20
2.	Cronograma do projeto detalhado em GANTT	15

São atribuídas as pontuações às propostas que apresentem os seguintes conteúdos, com os valores máximos indicados em baixo no caso de a proposta cumprir a totalidade dos atributos relativamente a cada um dos níveis de avaliação. As pontuações são atribuídas atributo a atributo.

	[A]	[B]	[C]
	Suficiente	Bom	Muito Bom
1.	A proposta apresenta: <input type="checkbox"/> Conteúdos sucintos identificados na estrutura da proposta a apresentar pelos concorrentes	Além de [A], a proposta descreve como será executado o contrato no que respeita a: – Fases/Módulos; Objetivos (2 pontos); – Principais Atividades (1 ponto); – Responsabilidades (1 ponto); – Resultados e Entregáveis (1 ponto).	Além de [B], a proposta descreve outras informações e/ou componentes relevantes, para a gestão e execução do projeto: <input type="checkbox"/> Descrição da metodologia de gestão de projeto a utilizar. O concorrente neste âmbito deve descrever igualmente o modelo de governo através da organização e dos recursos a envolver. Caraterizando as fases, processos, recursos envolvidos, perfis e documentação de gestão (3 pontos). <input type="checkbox"/> Descrição da metodologia de gestão da qualidade a utilizar no projeto. Caraterizando o plano de gestão da qualidade, as métricas a usar, e os pontos de controlo (auditorias e inspeções a realizar ao longo do projeto) (4 pontos). <input type="checkbox"/> Descrição da metodologia de gestão do risco a utilizar no projeto. Caraterizando o plano de

	[A]	[B]	[C]
	Suficiente	Bom	Muito Bom
			gestão do risco e identificando os potenciais riscos para este tipo de projeto, assim como apresentar o “template” para o registo de riscos (3 pontos).
	5 pontos	10 pontos	20 pontos
2.	A proposta apenas inclui: <input type="checkbox"/> Uma apresentação básica do GANTT, apenas com as fases.	Além dos elementos referidos em [A], a proposta apresenta: <input type="checkbox"/> GANTT com identificação de: - todas as atividades (2 pontos) - todas as subatividades (3 pontos);	Além dos elementos referidos em [B], a proposta apresenta o(s) seguinte(s) elemento(s): <input type="checkbox"/> GANTT com identificação de: - todos os recursos humanos e materiais afetos a cada subatividade (2 pontos). - Indicação das dependências entre atividades e subatividades (1 pontos); <input type="checkbox"/> Identificação do caminho crítico (1 pontos) <input type="checkbox"/> Justificação da razão subjacente às dependências (1 pontos).
	5 pontos	10 pontos	15 pontos

QT3:

Se o concorrente, para além dos recursos obrigatórios da tabela referenciada no capítulo 6 da PARTE II do presente documento, apresentar adicionalmente, perfis detentores das credenciações e certificações indicados na tabela em baixo, será considerada a respetiva pontuação de valorização.

Será igualmente atribuída a mesma pontuação se algum ou alguns dos recursos obrigatórios da tabela incluída no capítulo 6 for(em) detentor(es) das credenciações e certificações indicados na tabela em baixo:

Tabela de Valorização QT3 (máx. 10 pontos):

Perfil do Recurso	Credenciações e Certificações	Pontuação
-------------------	-------------------------------	-----------

Especialista em Sistemas de Gestão da Qualidade	Necessária Credenciação (GNS) Formação reconhecida em Sistemas de Gestão da Qualidade ISO 9001	5 Pontos
Especialista de Gestão de Risco	Necessária Credenciação (GNS) Certificação em CRISC	5 Pontos

▪ PRAZO

O prazo máximo previsto para a execução de todos os trabalhos a cargo do COCONTRATANTE, exceto o acompanhamento da empreitada a lançar pela ENTIDADE CONTRATANTE para a obra a realizar, é de 140 (cento e quarenta) dias de calendário, tal como indicado no nº 2 da Cláusula 3ª do caderno de encargos.

Esse prazo máximo é dividido em dois períodos:

- a) Um período máximo de 80 (oitenta) dias para a execução dos trabalhos indicados no nº 1 da Cláusula 5ª, do CE, pontos 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, que consistem em:
 - Levantamento arquitetónico e de todas as especialidades (estrutura, eletricidade, redes de fluidos, AVAC, segurança, outras) do atualmente existente;
 - Consulta a todas as entidades externas, com o objetivo de avaliar a viabilidade legal e de segurança, da execução das intervenções pretendidas. Nessas entidades externas, incluem-se a DGPC, o LNEC, o IPAR e outras;
 - Estudo Prévio;
 - Anteprojeto;
 incluindo a apresentação dos respetivos entregáveis;
- b) Um período máximo de 60 (sessenta) dias para a execução dos trabalhos indicados no nº 1 da Cláusula 5ª, do CE, pontos 1.5 e 1.6, que consistem em:
 - Projeto de licenciamento;
 - Projeto de execução;
 incluindo a apresentação dos respetivos entregáveis.

Constitui critério de valorização das propostas dos concorrentes a redução desses prazos máximos, conforme definido na tabela seguinte:

Tabela de valorização do critério Prazo (máx 40 pontos):

Item	Subfatores	Pontos
1.	Redução do período máximo de 80 dias de calendário, indicado no ponto 2 a) supra	8 pontos por cada semana de antecipação, até ao limite máximo de 40 pontos
2.	Redução do período máximo de 60 dias de calendário, indicado no ponto 2 b) supra	

A avaliação final da proposta será obtida pela expressão:

$$Av = Pts \times 30\% + QT \times 40\% + Pr \times 30\%$$

$$Em \text{ que } QT = Qt1 + QT2 + QT3$$

ANEXOS:

Anexo 1 - Peças desenhadas A1 a A5

Anexo 2 – Programa Preliminar

PÁGINA DEIXADA EM BRANCO

